

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.**

**REQUERIMENTO**

(Do Senhor Deputado Delegado Edson Moreira e outros)

Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel para esclarecer protocolo de entendimento sobre Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Cuba ano 2008.

Senhor Presidente;

Requeiro com fundamento no art. 36, item II do Regimento interno, que seja convidado Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para esclarecer no plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Câmara dos Deputados o protocolo de entendimento sobre a Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Cuba, no ano de 2008, objeto da modernização do Porto de Mariel em Cuba, pela Construtora Odebrecht, na ordem de US\$ 692 milhões de dólares que se encontra em sigilo por 30 anos pelo Governo Brasileiro.

**Justificativa**

Um dos maiores pilares da nova república é a transparência entre os acordos de financiamentos internacionais que envolvem grandes recursos.

Em um Brasil que encontra-se em crise econômica, o povo brasileiro, até hoje, não entendeu a necessidade de financiamento da modernização do Porto de Mariel em Cuba, com recurso brasileiro.

A principal justificativa do sigilo imposto neste contrato é que a revelação dos detalhes da operação põe em risco as relações internacionais do Brasil com Cuba.

Até que ponto esses detalhes da operação poderá interferir nas relações Brasil x Cuba?

Existe algum segredo armamentista de interesse cubano que possa prejudicar essas relações?

Quantas parcelas foram liberadas a fundo perdido?

Por que firmar acordos dessa importância com países que não possuem grau de investimentos?

Quais foram as garantias exigidas para essas operações?

Como essas obras estão sendo monitorados? Quais os critérios para se classificar essas operações de alto risco como sigilosas?

Questões como estas não podem ficar sem respostas, ou mesmo, ficar restrita, protegidas por Lei específica.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

**Delegado Edson Moreira**  
Deputado Federal – PTN/MG

**Cristiane Brasil**  
Deputada Federal – PTB/RJ